

# Socióloga analisa obstáculos à eleição de mais mulheres no Brasil

**(Agência Patrícia Galvão, 31/10/2014)** Em recente artigo, a socióloga Clara Araújo apresenta uma detalhada análise sobre os resultados do processo eleitoral recém encerrado e que já pode ser considerado histórico, seja pelo fato de três mulheres terem disputado o mais alto cargo Executivo do País, obtendo 64,42% dos votos válidos no primeiro turno para a Presidência da República, mas também pelo “aumento substancial das candidaturas” femininas, que trouxe vários elementos positivos ao debate sobre o que poderia ser considerada uma “justiça de gênero” no Brasil, apesar das contradições colocadas pelo baixo crescimento eleitoral das mulheres.

[Baixe aqui a íntegra do texto](#)

Professora do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenadora do Núcleo de Estudos de Desigualdades e Relações de Gênero da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NUDEG/UERJ), Clara Araújo aponta que a eleição de 2014 “certamente será registrada na história das lutas das mulheres para ocupar espaços de poder e se firmarem como competidoras em um país continental como o Brasil”.

A pesquisadora destaca seis aspectos dos resultados do primeiro turno eleitoral que podem embasar uma análise positiva: o aumento do número de candidaturas de mulheres; o percentual de votos destinados às mulheres candidatas à Presidência; a trajetória das candidatas que disputaram o mais alto cargo eletivo no país; o percentual de mulheres eleitas para o Senado e “o próprio resultado para a Câmara Federal” – pois, “se for comparado com as eleições anteriores, os números são positivos, embora baixos”; e o fato de o aumento da fragmentação eleitoral (o número de legendas representadas na Câmara dos Deputados saltou de 22 para 28 na próxima legislatura) não ter prejudicado diretamente as mulheres.

Entre os elementos desfavoráveis à representação feminina na política nacional, a socióloga lista os resultados das disputas aos cargos de governos estaduais e em assembleias legislativas; e a permanência do “insatisfatório compromisso” dos partidos com políticas efetivas de estímulo à participação das mulheres nos espaços de representação e poder, o que pode ser verificado também quando são analisadas as “condições de elegibilidade” e “competitividade” das candidatas de forma contextualizada.

A especialista questiona também uma abordagem “diluída de substância e de conteúdo” em relação ao tema dos resultados das cotas legais de gênero entre mulheres dos vários partidos, que apesar da correção e importância da pauta coloca todas as legendas em um mesmo patamar “difuso” e “confortável” de responsabilidades.

Clara também aponta que o papel dos partidos deve ser analisado levando-se em conta também a localização no espectro ideológico, cuja atualidade é enfatizada por ela frente aos debates em pauta no momento atual, em particular no campo dos direitos humanos. Devem também ser considerados o peso do poder econômico em suas múltiplas manifestações, incluindo o que chama de “familismo”, e o peso das bancadas religiosas e sua constituição também majoritariamente masculinizada.

Em sua conclusão, Clara Araújo destaca que, embora permaneça “um padrão de gênero” desfavorável às mulheres nas eleições, “a conjuntura atual reforça o foco da política e de pesquisas em uma agenda de reforma política e de relações entre compromissos partidários e estruturas sociais que influenciam os percursos e trajetórias políticas”.

## **Contato**



**Clara Araújo** - socióloga e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ

(21) 2334-0933

[claramaria.araujo@gmail.com](mailto:claramaria.araujo@gmail.com)

---

# Especialista acredita em “nova eleição” após morte de Eduardo Campos

*(Radiogência Nacional, 18/08/2014)* Depois do adeus ao candidato à Presidência pelo PSB e ex-governador de Pernambuco, Viva Maria discute os rumos da campanha presidencial. Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão e especialista em comunicação, explica como a morte do ex-candidato pelo PSB poderá mudar a percepção dos eleitores sobre Aécio Neves e Dilma Rousseff, que lideram as pesquisas, e sobre Marina Silva, provável indicada da coligação Unidos pelo Brasil para substituir Eduardo Campos.

**Clique aqui para ouvir a matéria na íntegra:** [Especialista acredita em “nova eleição” após morte de Eduardo Campos \(Radiogência Nacional, 18/08/2014\)](#)

**Acesse no site de origem:** [Especialista acredita em “nova eleição” após morte de Eduardo Campos \(Radiogência Nacional, 18/08/2014\)](#)

---

**“A morte trágica de Campos fortalece a gana de mudança do eleitor”, avalia Fátima Pacheco**

# Jordão

**(El País, 15/08/2014)** A violenta e inesperada saída de cena de Eduardo Campos, candidato do PSB à presidência que morreu na última quarta-feira num acidente aéreo, foi penosa e chocante não só para a sua família e seus correligionários mais próximos. Eleitores e não eleitores do presidencialista se sentiram consternados e obrigados a refletir sobre o processo eleitoral e sobre quem era o político que vinha persistindo em terceiro lugar nas pesquisas com uma mensagem de mudar o modo de fazer política no país.



A socióloga Fátima Pacheco Jordão (Foto: Bosco Martín)

Por isso, a morte de Campos pode ter um alcance maior do que se supõe para o eleitor brasileiro, acredita a socióloga Fátima Pacheco Jordão. “A morte trágica de Campos reduz a distância entre a sociedade e a classe política”, avalia ela, que é diretora da D’Fatto pesquisa em Jornalismo. A última mensagem do presidencialista, numa entrevista ao Jornal Nacional, da rede Globo, um dia antes, “Não desistam do Brasil”, poderia ter um efeito importante para a juventude brasileira que anda tão refratária à política. “A ideia de renovação está escrita na sociedade. É uma mensagem que Eduardo Campos encampou”, afirma. A sua morte, explica, fortalece a gana de mudança do eleitor.

**Pergunta. O que dá para concluir de uma tragédia tão inesperada que tirou a vida de um candidato na corrida eleitoral para a presidência?**

**Resposta.** Esse trágico acontecimento pode vir a deixar um legado positivo. Eduardo Campos era alguém que nunca se meteu em escândalos nacionais, casado, tinha cinco filhos, toda uma configuração de um bom sujeito. Para um eleitorado que andava tão indiferente, ficou muito gravada a última fala dele em sua entrevista para o Jornal Nacional. “Não desistam do Brasil”, algo que pode ter um efeito importante para mobilizar os jovens.

**P. Mas a ponto de mexer com as intenções de votos já anunciadas?**

**R.** A campanha andava fria, com um patamar de brancos e nulos num padrão razoável. E no qual 65% dos eleitores não tinham candidato quando os pesquisadores pediam para que citassem espontaneamente em quem iam votar, ou seja, sem ajuda de uma lista de nomes para escolher. Outras perguntas feitas ao eleitor também são relevantes. Quando se questiona se a sua intenção é certa, provável ou nunca votaria naquele candidato, você percebe que cada eleitor tem praticamente dois candidatos em mente. Ou seja, neste estágio, o eleitor tem mais de uma opção de voto. A classe política ainda não captou que a sociedade busca um novo modo de fazer política.

**P. Está claro o que o brasileiro está pedindo?**

**R.** A sociedade tem demandado isso há muito tempo. São muitos os indicadores de mudança, de rejeição à política e aos políticos. Ao menos 60% das pessoas repudiam os partidos. Portanto, essa ideia de renovação está escrita na sociedade. É uma mensagem da sociedade que Eduardo Campos encampou. Isso não impede que num momento de transição, Aécio Neves ou a própria Dilma, reforcem essa linha. Não é só renovação de governo, é de cultura política. Associar a dinâmica de fazer política, com governança. Confiou-se sempre na liderança pessoal na política brasileira. Isso está ganhando uma nova configuração, a partir do ano passado, com as pessoas exigindo mais da política, nas manifestações de junho. Tenho a impressão que isso não morre com o Eduardo. A Dilma já havia colocado há muito tempo, e o próprio PSDB na década de 90 veio com essa formulação. O conseguir ou não conseguir, tem a ver com a disposição do eleitorado que

hoje está mais claramente enxergando essa perspectiva.

**P. Marina é a candidata natural da coligação em torno do PSB agora?**

**R.** Sim, é a candidata natural, e o PSB não tem outra saída. Não há nenhuma figura representativa que possa captar esses votos de Campos. Há várias lideranças dentro do partido que rejeitaram por muito tempo a candidatura do Campos e a aliança com Marina. Mas o sinal mais importante veio do irmão dele. A rigor, neste momento, sem nenhuma articulação política, planejamento, etc, a família é a única que pode se manifestar. Antonio representa a família, não partidária, e isso é muito forte. Campos tinha uma mãe combativa (Ana Arraes), com um cargo importante no Tribunal de Contas da União, tem uma família bem constituída, ele tem uma base familiar muito importante. Então, tenho a impressão que essa manifestação do irmão é uma sinalização muito forte, até para a Marina aceitar.

**P. Ela estaria confortável?**

**R.** Ela sabe dos limites dela dentro do próprio partido. Mas por essa indicação [a carta de Antonio Campos ao PSB], certamente o irmão conversou com a Marina. Nesse período ela se aproximou muito da família, especialmente da mulher dele [a viúva Renata]. Quando ela se manifestou depois da morte de Campos, a fala dela de pêsames, foi exclusivamente para a família. Eu interpreto não só que eleitoralmente é lógico, mas também que se ganhou um novo indicador que facilita para os dois lados. Facilita para o partido, e para a escolha da Marina.

**P. Nem Dilma nem Aécio conseguem representar a vontade de mudança esperada pelo eleitorado?**

**R.** Não representam. Dilma já tentou ser mais “gerente”, fazer faxina [da corrupção]. Dilma tentou captar, não conseguiu, mas introduziu essa questão. Ela tem forte rejeição, mas tem uma noção muito consistente. Cerca de 40% de intenção de votos, nos últimos meses, com todas as crises. Mantém esse patamar. Mas tanto Aécio, quanto Campos, captavam sim esse anseio. Não era tanto por mérito próprio, eram alternativas. Aécio, porém, não conseguiu introduzir na sua postura essas respostas.

**P. Mas e esse vazio agora?**

**R.** Neste momento houve um casamento. Há a conjunção de um desejo da sociedade e a comoção [com a morte de Campos] e conteúdo de elogios direcionados a ele, mostra que existe sim essa saída. Depende também cobrar esta direção. Quando a população reclama que a saúde não funciona. Ela ainda não está associando uma saída política em que os políticos possam dar, essa de gestão. É uma demanda que se avance para a governança.

**P. Esta campanha já era curta com a Copa e agora entramos em inércia com a morte de Campos, não?**

**R.** Será? Nunca foi tão quente como nas últimas 48 horas. Quando a Marina falar, seja como candidata ou não, ela enfatizará essa nova ideal da candidatura de Campos. E que provavelmente será a dela. Mas será inescapável que Dilma e Aécio também passem essa mensagem. Certamente os primeiros programas, tanto de Dilma como de Aécio, terão esse conteúdo. Agora, os políticos perceberam o que nós, pesquisadores, percebemos há muito tempo. Uma demanda que vai além das propostas dos partidos até o momento.

**P. A Marina tem essa resposta à sociedade?**

**R.** Sem dúvida. Vários tiveram, [o ex-governador de São Paulo] Mario Covas teve, [o ex-deputado do PMDB] Ulisses Guimarães teve, e Marina tem. O próprio Fernando Henrique Cardoso teve. Buscar uma mudança no modo de fazer política. De certa maneira Lula e Dilma reforçaram a maneira antiga de fazer política. Um aspecto do populismo, um mito, o Governo Bolsa Família. É uma tradição brasileira esse registro populista, que vem até a Dilma. No entanto, a sociedade está além disso. Nunca pensamos a sociedade na frente [da classe política], mas ela está. Assim como em meio ambiente, em comportamentos sexuais, direitos reprodutivos. Isso não emerge do nada. Não está na pauta de nenhum partido e são questões que estão pululando na sociedade. Direitos das mulheres, por exemplo, você não vê isso em nenhum partido. Há uma indiferença.

**P. São dois mundos?**

**R.** É um colapso, entre o que tem este sistema arcaico, e a sociedade, que tem uma rede de informações enorme. Este episódio trágico pode levar a um fechamento desse gap entre a sociedade e a classe política. Ele fortalece a gana de mudança. A população vai entender que havia e há expressões políticas que querem essa demanda e quais partidos não tinham introduzido. Toda a comunicação de Aécio e de Dilma, certamente, está sendo repensada.

**P. A eleição está muito sujeita a mudanças até outubro?**

**R.** Dado esse descompasso da classe política, haverá outros trancos no processo. Isso fica escancarado. Campos pode ter falado uma linguagem, com a sua morte, que a população entenda como ação de mudança. Isso vai mudar os candidatos atuais. Não é que a esquerda será a direita, mas haverá mais peso da voz da sociedade na sua programação política. Até o momento os candidatos tiveram de ficar em plano interno de defesa de candidatura diante de inimigos internos, fogo amigo, racha entre o movimento “volta Lula” e Dilma dentro PT, os que queriam (José) Serra e Aécio, no PSDB. Agora estão tendo que unir trincheiras diferentes. Eu diria mais. Em termos de Brasil não é nem justificável o que separa Campos de Dilma, ou Lula de Fernando Henrique, quando se pensa o Brasil. Tenho a impressão que essa tragédia pode ajudar a focar melhor isso.

**P. A Marina, se assumir a candidatura, pode vencer?**

**R.** Muito difícil prever. Nenhum dos três presidenciáveis que estão na frente tem uma consistência total. Eles têm de fato um bloco de eleitores que permite sua eleição. Mas não tem a situação política. Dilma tem tudo isso, mas não consegue mostrar que a continuidade é o ideal. Terá de se basear em outros argumentos. E o Aécio, que poderia ter essas características, de mostrar novos caminhos, não consegue falar com a sociedade.

*Carla Jiménez*

*Acesse no site de origem: [“A morte trágica de Campos fortalece a gana de mudança do eleitor” \(El País, 15/08/2014\)](#)*



---

# **A desestabilização do cenário eleitoral, por Jacira Melo**

Ainda sob o impacto da notícia da morte do candidato Eduardo Campos, Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão e especialista em comunicação, faz algumas reflexões sobre o momento eleitoral.

## **A “nova” eleição presidencial de 2014**

Se antes do evento trágico, que vitimou ainda outras seis pessoas, o cenário eleitoral já se mostrava atípico, pode-se dizer que a morte prematura do candidato do PSB à Presidência coloca um cenário desestabilizado, repleto de incertezas e indagações.

O panorama eleitoral que se tinha até então, delineado por pesquisas de intenção de voto, estratégias de campanha e acordos, já é passado. Continuam a compor o atual cenário as incertezas da economia e os efeitos remanescentes das inquietações e manifestações de junho de 2013. Mas aumenta em grau e volume a imprevisibilidade quanto aos novos rumos da eleição presidencial, o que significa dizer que rearranjos estratégicos provavelmente serão adotados pela candidatura de reeleição da presidenta Dilma e do senador Aécio.

Algumas questões para contribuir em nossas reflexões:

## **Quem vai herdar os votos de Campos?**

Em um momento em que boa parte do eleitorado mostra-se alheio ao processo eleitoral e que as campanhas mal haviam começado, a morte de Eduardo Campos provoca forte impacto não apenas entre seus eleitores. Trata-se do mais significativo fato eleitoral até o momento, despertando a atenção de todos os brasileiros e provocando manifestações abertas como “Campos era o meu candidato”.

O primeiro momento de visibilidade nacional do candidato do PSB aconteceu

na véspera de sua morte, em entrevista ao 'Jornal Nacional'. Aí começara de fato a campanha presidencial de Campos, cujo programa televisivo seria o primeiro a ser apresentado, no dia 19, terça-feira.

### **Marina será candidata?**

Marina Silva declarou que só volta a falar em política após o enterro de Campos. O governador de São Paulo Geraldo Alckmin tem dito que o corpo só será liberado no próximo domingo. Estarão em pauta nos próximos dias as condições que Marina irá exigir para assumir a candidatura pelo PSB e, ao mesmo tempo, as condições do partido para assumir Marina como candidata à Presidência.

### **Datafolha inclui nome de Marina em nova pesquisa nacional**

O Ibope divulgou nota informando que retomará as pesquisas depois que o PSB definir o nome de seu novo candidato.

O Datafolha informa que amanhã e sábado, fará pesquisa nacional incluindo o nome de Marina como candidata à Presidência, cujos resultados serão divulgados já na segunda-feira.

### **PSB e Marina: uma relação difícil**

Segundo um deputado federal do PSB, o único consenso no partido é a antipatia em relação a Marina. Roberto Amaral, vice-presidente da legenda, mantém uma relação bastante conflituosa com a ex-senadora. Tudo indica que Amaral assumirá a presidência do partido. O que coloca as perguntas: ele defenderá outro nome como candidato? Defenderá adesão à candidatura Dilma? Ou aceitará o nome de Marina como candidata natural?

Fontes próximas ao governo dizem que o Planalto e a coordenação da campanha à reeleição presidencial apostam em um segundo turno se Marina Silva confirmar sua candidatura. Em pesquisa Datafolha do início de abril, Marina atingia 27% das intenções de voto, atrás da líder Dilma Rousseff, com 39%.

Por enquanto, tudo pode acontecer. O país está próximo de ter duas mulheres com força eleitoral na disputa presidencial de 2014. Em relação a todos os debates do momento é imprescindível lembrar que tudo vai depender

da percepção e avaliação de eleitores e eleitoras.

---

## **Aborto em tempos de eleição**

**(Clam, 04/06/2014)** As eleições presidenciais brasileiras ocorrem em outubro deste ano. Mas o processo eleitoral já está nas ruas e nos espaços políticos institucionais. Como aconteceu em 2010, a pauta novamente está incorporando, a partir da mobilização de setores religiosos dogmáticos que têm chantageado líderes políticos e candidatos, temas que dizem respeito aos direitos das mulheres, em especial os sexuais e reprodutivos.

Em abril, o candidato à Presidência pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Eduardo Campos, afirmou ser contra o aborto e que a legislação brasileira - que apenas permite a interrupção da gravidez em casos de gestação decorrente de estupro e em casos de risco à vida da mulher, além dos casos de fetos anencéfalos (conforme decisão do Supremo Tribunal de 2012) - é adequada. Declaração semelhante foi dada pelo pré-candidato Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), que também afirmou que a legislação atual é adequada.

Cabe a pergunta: adequada para quem? A ilegalidade da prática condena milhares de mulheres (sobretudo as mais pobres) a realizarem o aborto através de métodos inseguros, colocando a interrupção da gravidez como a quinta causa de mortalidade no país, segundo dado do Ministério da Saúde. De acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto (2010), realizada pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, uma em cada cinco mulheres brasileiras até os 40 anos já interrompeu a gravidez, ilustrando como as declarações de Eduardo Campos e Aécio Neves não apenas destoam da realidade, como projetam obstáculos para uma discussão lúcida e atenta à real dimensão do aborto na sociedade brasileira.

O Brasil é signatário das Conferências do Cairo (1994) e Pequim (1995), que definiram princípios para os direitos sexuais e reprodutivos. As Conferências, que compuseram o ciclo social da ONU nos anos 1990, construíram um entendimento de que a vida sexual e reprodutiva de cada indivíduo deve ser regida de forma autônoma, livre de coerção e violência e calcada nas escolhas pessoais. No entanto, o país caminha na contramão das diretrizes que duas décadas atrás adotou como compromisso, com recuos legais e jurídicos. E o contexto eleitoral tem contribuído decisivamente para a situação, influenciada por uma mobilização política de discursos dogmáticos que têm prevalecido, inclusive, sobre a diversidade de convicções religiosas. Nesse panorama, candidatos, autoridades e gestores seculares têm cedido a tal movimento.

Desde a campanha de 2010, o aborto foi alçado à condição de munição para ataques eleitorais. A então candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, recuou em sua posição de defesa da legalização da prática, enviando uma carta a igrejas cristãs dizendo-se pessoalmente contrária à interrupção da gravidez e que, uma vez eleita, não tomaria iniciativa para modificar a legislação.

De fato, a legislação não foi alterada. O texto inicial da reforma do Código Penal, que tramita no Congresso, previa a possibilidade de aborto nas 12 primeiras semanas de gestação, caso a mulher não tivesse capacidade psicológica atestada por profissionais de saúde. A previsão foi retirada na versão final do texto, sob a justificativa do senador e relator Pedro Taques (Partido Democrático Trabalhista - PDT) de que a legalização do aborto violaria o artigo 5º da Constituição - o direito à vida. O governo federal não se manifestou contra a mudança. O texto final, vale dizer, contraria a opinião da Comissão de Reforma do Código, que foi composta por 16 operadores do Direito. Dos 16 integrantes, apenas um tinha se colocado contra a descriminalização do aborto.

O Congresso Nacional tem se notabilizado por ser um espaço de atuação crescente e explícita de parlamentares que se pautam pelo dogmatismo. O Estatuto do Nascituro, que concede ao embrião o mesmo status jurídico de uma pessoa nascida e viva, é um produto direto dessa atuação, conduzida por

correntes evangélicas, católicas e espíritas: tais setores defendem a ideia de vida desde a concepção. Nesse sentido, o projeto do Estatuto, se transformado em lei, estrategicamente derrubaria qualquer possibilidade de interrupção da gravidez, mesmo nos casos previstos na legislação. Além disso, o texto prevê o pagamento de uma bolsa para as mulheres vítimas de estupro que decidirem ter o filho. É a chamada bolsa-estupro, severamente condenada por movimentos de direitos humanos das mulheres.

A ofensiva de tais setores no Congresso Nacional também pode ser observada no PL 6583/2013 (Câmara), que trata do Estatuto da Família, e nos projetos PL 6998/2013 (Câmara) e PLS 50/2014 (Senado), que introduzem a ideia de primeira infância no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estatuto da Família define como entidade familiar o núcleo social formado por um homem e uma mulher e integra os esforços de tais setores de organizar o Estado a partir de uma compreensão específica de família. Tal projeto representa não apenas um obstáculo a casais homoafetivos que desejam formalizar a união e/ou adotar filhos; seu teor heteronormativo e biologizante reforça a ideia de que ter filhos é “natural”. Não à toa, em um de seus artigos, está previsto “assistência prioritária à gravidez na adolescência”, privilegiando a gravidez em si em detrimento à mulher gestante, o que significa o não reconhecimento da autonomia da mulher sobre o seu corpo.

O PL 6998/2013 e o PLS 50/2014 tratam de diversas questões relativas ao ECA e, em determinado momento, estendem o direito à vida desde a concepção, o que significa um obstáculo ao direito à mulher sobre sua vida reprodutiva. Também tramita no Congresso o Estatuto da Reprodução Assistida, que proíbe o descarte de embriões tendo como referência a ideia de vida desde a concepção.

Na arena parlamentar, tais setores têm patrocinado essas iniciativas, que mobilizam seu eleitorado e, com a linguagem dramática de proteção de seres indefesos, dificultam uma discussão racional sobre aborto. Através dessa atuação, eles têm logrado chantagear os líderes políticos. Ano passado, a presidente Dilma Rousseff promulgou a Lei 12.845, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência

sexual. Uma das medidas da lei prevê a distribuição de pílula do dia seguinte para evitar a gravidez da mulher vítima de estupro. A promulgação da lei foi cercada de pressões. Embora o governo federal a tenha promulgado, os setores dogmáticos continuam atuando para revogar a decisão, por meio do PL 6033/2013.

A batalha pelo corpo da mulher tem sido ampla e persistente nos poderes federais. No final de maio, o Ministério da Saúde publicou a portaria 415, que incluía o registro específico do aborto previsto em lei na tabela de serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A medida representou um avanço no acesso aos serviços de abortamento legal. Um avanço breve, no entanto: dois dias depois, o Ministério da Saúde revogou a portaria, cedendo a pressões de parlamentares que, entre outros argumentos, afirmaram que os R\$ 443,40 referentes ao procedimento sinalizam o “desapreço” que se tem pela vida. O recuo gerou uma nota de repúdio de entidades ligadas à saúde e aos direitos das mulheres.

O cenário, nesse sentido, tem sido desfavorável em matéria dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Os setores que usam do dogmatismo como arma política e eleitoral parecem menos interessados em defender, de fato, a vida humana do que em articular a manutenção e expansão de seu poder. A Constituição brasileira não define a vida como desde a concepção. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2008, que as pesquisas com células-tronco embrionárias não violam o direito à vida, nem a dignidade da pessoa humana. Em um voto considerado histórico, o então relator do caso, ministro Ayres Brito, afirmou que para existir vida humana é necessário que o embrião seja implantado no útero humano. “O conceito de vida humana está revestido de uma dimensão biográfica mais do que simplesmente biológica, que se corporifica em sujeito capaz de adquirir direitos e contrair obrigações em seu próprio nome, a partir do nascimento com vida”, argumentou o ministro durante o julgamento.

Nessa semana, a presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, manteve o posicionamento que vem demonstrando desde 2010, ao defender em entrevista ao jornal O Globo o aborto por razões médicas e legais. Questionada sobre a revogação da portaria 415, foi evasiva ao afirmar que os

casos de aborto legal devem ser atendidos em qualquer hospital da rede pública.

Os principais candidatos têm privilegiado uma posição defensiva, por cálculo eleitoral e de manutenção e conquista de poder. Usam a estratégia de sair pela tangente quando o assunto é aborto, afirmando serem favoráveis à manutenção da legislação como ela está, sem querer se comprometer com as convicções de suas bases aliadas. Na verdade, o que os candidatos precisam saber, apontam representantes do movimento feminista, é a diferença entre “aborto” e “direito ao aborto”. Não está se defendendo o aborto. O que é discutido é o direito ao aborto e a dignidade da mulher. Além disso, tanto os candidatos quanto os gestores e líderes políticos poderiam considerar a pluralidade que marcam as religiões, não se dobrando à exploração dogmática que contribui decisivamente para o quadro de ilegalidade e consequentes mortes por abortos inseguros. Nesse sentido, a atuação dos movimentos de mulheres e direitos humanos é de fundamental importância. Tratar e discutir a questão do aborto como um problema social e de saúde pública é um passo importante para a afirmação dos direitos e da dignidade da mulher.

Acesse o site de origem: [Aborto em tempos de eleição](#)

---

**Candidatos precisam saber a diferença entre “aborto” e**

# “direito ao aborto”

**(Blog do Sakamoto, 31/05/2014)** Eduardo Campos, pré-candidato à Presidência da República pelo PSB, disse que era contra o aborto e a favor de políticas de contracepção em entrevista à Rede TV.

Ele poderia também ter respondido com outra obviedade, como o céu ser azul e as árvores, verdes.

Pois não há alguém, em sã consciência, que seja a favor do aborto. “Puxa, que dia lindo! Estou tão feliz que vou fazer um aborto hoje! E depois, comprar morangos e creme.” Aborto é uma merda, é um ato traumático para o corpo e a cabeça da mulher, tomada após uma reflexão sobre uma gravidez indesejada ou de risco. Ninguém fica feliz ao fazê-lo, mas faz quando não vê outra saída.

O que se discute aqui é o direito ao aborto e não o aborto em si. A repórter fez a pergunta corretíssima ao candidato, questionando-o sobre a “ampliação do direito à interrupção da gravidez”. Mas ele não respondeu sobre o direito ao aborto, mas sobre o aborto em si, o que são coisas bem diferentes, usando como alternativa políticas de contracepção.

E desde quando uma coisa exclui a outra? Promover métodos contraceptivos são importantes, mas eles só excluem a necessidade do direito ao aborto na concepção fundamentalista de certos políticos que não entendem o caso nem como questão de saúde pública, nem como ponto central na autonomia da mulher sobre o próprio corpo.

Não se exclui e não se opõe. Até porque aborto não é método contraceptivo. Se o direito ao seu acesso fosse ampliado, não seriam formadas filas quilométricas na porta do SUS feito um drive thru de fast food de pessoas que foram vítimas de camisinhas estouradas. Aliás, essa ideia de jerico, de ver o aborto como método contraceptivo, aparece muito mais entre as justificativas daqueles que se opõem à ampliação dos direitos reprodutivos e sexuais do que entre os que são a favor.

Defender o direito ao aborto não é defender que toda gestação deva ser



interrompida. E sim que as mulheres tenham a garantia de atendimento de qualidade e sem preconceito por parte do Estado se fizerem essa opção. Estado este que deveria ser célere e não fazer lambança quando emite portarias para assegurar a efetivação do direito ao aborto já previsto em lei.

Porque vale ressaltar, o aborto é legal no Brasil, como nos casos de risco à vida da mãe e estupro. O que se discute é a ampliação desse direito já reconhecido em lei.

Hoje, o “direito” ao aborto depende de quanto você tem na conta bancária. Afinal de contas, mulher rica vai à clínica, paga R\$ 4 mil e pronto. Mulher pobre se vale de objetos pontiagudos ou remédinhos vendidos a torto e direito sem controle e que podem levar a danos permanentes. Enquanto discutimos quando começa a vida (sobre isso dificilmente chegaremos a um consenso), mulheres morrem nesse processo. Negar o “direito ao aborto” não vai o diminuir o número de intervenções irregulares, eles vão acontecer legal ou ilegalmente.

Defendo incondicionalmente o direito da mulher sobre seu corpo (e o dever do Estado de garantir esse direito). É uma vergonha ainda considerarmos que a mulher não deve ter poder de decisão sobre a sua vida, que a sua autodeterminação e seu livre-arbítrio devem passar primeiro pelo crivo do poder público e ou de iluminados guardiões dos celeiros de almas, que decidirão quais os limites dessa liberdade dentro de parâmetros. Parâmetros estipulados historicamente por homens.

É óbvio que um candidato ou candidata de olho nos votos de uma sociedade bastante conservadora não vai dizer o que pensa. Por isso, tenho cada vez mais certeza que eleições não são um momento bom para se discutir políticas públicas. Pelo contrário, como já disse aqui, eleições são momento de retrocesso de uma parcela dos direitos humanos.

Esperemos que os candidatos às eleições presidenciais não deixem que suas crenças, físicas ou metafísicas, ou a de seus aliados, se sobreponham à necessidade de garantir a dignidade das mulheres.

Acesse o site de origem: [Candidatos precisam saber a diferença entre](#)

## **Erundina: ‘Eu nunca faria um aborto, mas não posso determinar isso às mulheres’**

**(Poder Online/iG, 22/04/2014)** “A gente não pode centrar o debate do que se está discutindo de projeto para o país a uma questão moral ou religiosa”, afirmou a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), com relação às recentes declarações do pré-candidato à presidência pelo PSB, Eduardo Campos contra a legalização do aborto.

“Eu nunca faria um aborto, mas não posso determinar isso às mulheres. Temos que ter liberdade para discutir isso, mas até agora não se conseguiu construir um consenso sobre esta questão”, defendeu a deputada.

Politicamente, no entanto, ela demonstrou alinhamento à posição defendida pelo pré-candidato. “O governador Campos defende o que eu também defendo, que é a manutenção do código em vigor, reconhecendo o direito ao aborto naqueles casos tradicionais”, afirmou Erundina.

“Mas falta uma política pública que garanta esse direito, em sintonia com os movimentos - em especial o de mulheres - que pretendem avançar mais nesta questão como um problema de saúde pública, reduzindo o número de mulheres que chegam até mesmo a perder a vida, pelo aborto inseguro”, ressaltou Erundina.

**Acesse no site de origem:** [“Eu nunca faria um aborto, mas não posso](#)

[determinar isso às mulheres”, afirmou Erundina \(Poder Online/iG, 22/04/2014\)](#)

---

# O aborto, as eleições e o truque retórico de Eduardo Campos, por Carla Rodrigues

*(Viomundo, 21/04/2014)* O senhor é contra ou a favor do aborto? Era Domingo de Páscoa. Dia de celebrar ressurreição, renascimento, recomeço. O ex-governador Eduardo Campos foi à missa no santuário de Aparecida, onde cerca de 25 mil católicos rezavam numa das datas máximas de seu ritual religioso. Campos foi a Aparecida fazer campanha. Mas um candidato à presidência numa igreja é alvo perfeito para esta pergunta que tem atravessado as últimas eleições presidenciais brasileiras. Ser contra ou a favor do aborto passou a ser a forma simplista de marcar um candidato como conservador ou progressista. Estamos em abril, as eleições só acontecem em outubro, mas Eduardo Campos já foi interpelado pela imprensa.

Em outros tempos, aborto era aquela última pergunta que os candidatos temiam ter de responder na reta final da campanha. Dos anos 2000 em diante, com o crescimento da massa de eleitores evangélicos e com o acirramento da disputa religiosa na política, aborto virou tema obrigatório, e hoje, a pergunta já é feita desde a largada.



Campos foi a Aparecida fazer campanha

“Não conheço ninguém que seja a favor do aborto”, respondeu Campos. O truque retórico é cinismo ou má-fé. Ninguém é “a favor do aborto”, no sentido que os discursos pró-vida tentam caracterizar. Ninguém é, portanto,

“a favor” da morte deliberada de embriões como política de contracepção. A bandeira de luta das mulheres é a descriminalização do aborto e Campos sabe disso. Mas a resposta permite que tudo se passe como se fosse um problema plebiscitário: contra ou a favor?

A má fé da resposta de Campos está no fato de não há quem faça um discurso “a favor do aborto”, mas sim a favor das mulheres que abortam.

Trata-se, portanto e em primeiro lugar, de reconhecer que todos os dias centenas de mulheres fazem aborto no Brasil. Pelo número, é ocioso repetir que muitas destas mulheres são batizadas na Igreja Católica, e outras tantas, nas evangélicas. Reconhecer a realidade é o passo inicial para defender uma política de saúde que ampare estas mulheres que interrompem uma gravidez. Amparar aqui é um verbo a ser usado no seu sentido mais amplo: apoiar, confortar, acolher, ajudar. Para que isso aconteça, é preciso mudar não apenas a forma como o aborto é feito - às escondidas, com médicos clandestinos, remédios comprados no mercado paralelo -, mas sobretudo mudar a maneira como se julga uma mulher que pretende fazer um aborto.

O primeiro julgamento é moral e faz parte de uma série histórica de repreensões às mulheres, essas pessoas que só deveriam fazer sexo para procriar. Se considerarmos que mulheres engravidam fazendo sexo com homens, temos aí uma estranha equação: essas mulheres que só deveriam fazer sexo para procriar, fazem sexo com homens aos quais está garantido, moral e socialmente, o direito de fazer sexo por puro prazer. É o mesmo ato sexual, mas com a garantia de finalidades diferentes.

O julgamento moral da mulher que engravida é o motivo, por exemplo, de muitas serem mal tratadas no SUS quando, depois de um aborto clandestino, são obrigadas à recorrer aos serviços de saúde. Pacientes não são medicadas para dor por que deixá-las sofrer é parte do “castigo” por terem engravidado “irresponsavelmente” e, em seguida, terem tomado a decisão de fazer um aborto.

O segundo julgamento também é moral, mas diz respeito ao dogma da maternidade. Quem é a favor das mulheres que abortam parte da premissa de que a maternidade não pode continuar a ser sacralizada em nome da

natureza feminina - seja lá o que isso queira dizer -, e precisa se tornar um direito como outro qualquer. Para que a maternidade seja um direito não é preciso ser “a favor do aborto”, como na má retórica de Campos. Basta entender que a maternidade como um direito supõe a não-maternidade também como um direito. Essas duas possibilidades garantiriam à maternidade como um direito positivo, fora do âmbito do direito natural, sobre o qual hoje nenhuma lei dos homens pode legislar (a expressão “lei dos homens” aqui não foi usada por aquele engano histórico de confundir os homens com a humanidade em geral, mas para indicar que, de fato, as leis que proíbem o aborto vêm sendo escritas por homens).

Um exemplo da maternidade como direito e a não-maternidade como crime pode ser encontrado todos os dias nas clínicas de fertilização. Quando é feita a implantação dos óvulos fecundados in vitro, todos os envolvidos - médico, mãe, pai, avós - já sabem que haverá um descarte natural, eufemismo da medicina para explicar o aborto espontâneo de alguns dos embriões inviáveis. Mas porque se entende a maternidade como um direito, esta mulher cujos filhos custarão algo como 30 a 40 mil reais pode “descartar embriões inviáveis”, enquanto aquela cuja gravidez natural pode ter sido apenas consequência da falha de um método contraceptivo (a camisinha fura, a pílula é de farinha...) está impedida de exercer o direito de não querer ser mãe.

Campos argumentou ainda considerar a legislação brasileira “adequada”. A lei a que ele se refere permite o aborto em caso de estupro, risco de vida para a mãe e anencefalia, este último um permissivo votado pelo STF em 2012 depois de uma longa década de batalha do movimento de mulheres. Qualquer pessoa pública que pretenda ocupar um cargo político sabe a diferença existente no Brasil entre haver lei e cumprir lei. Mesmo as leis “adequadas” são insuficientes, porque inúmeros serviços de saúde se recusam a implantar as normas legais para a realização dos abortos permitidos. Leis são “adequadas” quando são cumpridas. Leis são construções sociais, resultado de lutas, disputas políticas, enfrentamento de forças.

Para que estas leis sejam hoje mais “adequadas”, o movimento de mulheres

está nas ruas desde o início do processo de redemocratização do país, lutando na Constituinte, na formação dos conselhos, na elaboração de planos nacionais de política para as mulheres. Nesses quase 30 anos, homens como Campos repetiram a ladainha cínica de que “ninguém é a favor do aborto”. Cínica por que, para os homens, a gravidez indesejada de uma mulher gera, no máximo, um filho renegado, fenômeno recorrente na recente história eleitoral brasileira.

Acesse o site de origem: [O aborto, as eleições e o truque retórico de Eduardo Campos, por Carla Rodrigues](#)

---

## **Após declaração contra aborto, Campos é alvo de campanha em redes sociais**

*(UOL, 21/04/2014)* O pré-candidato à Presidência da República Eduardo Campos (PSB) virou alvo de uma campanha na internet, nesta segunda-feira (21), após ter se declarado contra o aborto. O ex-governador de Pernambuco defendeu no domingo (20), após missa de Páscoa em Aparecida, interior de São Paulo, a atual legislação brasileira contra “qualquer prática que interrompa a gravidez”.

No Facebook, internautas criaram a página [“Olá, Eduardo! Eu sou a favor da descriminalização do aborto! Sou pró-escolha!”](#). De acordo com a descrição da página, a proposta é juntar depoimentos que mostrem o “porquê de a situação das mulheres em relação aos abortos no Brasil ainda não ser a ideal”.

Até as 14h desta segunda-feira, cerca de 600 pessoas haviam se associado à página. A reportagem tentou contato com a assessoria de Campos, mas não teve sucesso.

Como cidadão, a minha posição é a de todos. Não conheço ninguém que seja a favor do aborto. A legislação brasileira já prevê as circunstâncias e os casos [em que é permitido o aborto sem que isso seja considerado crime], e eu não vejo razão para que se altere a legislação do Brasil. Como cristão, cidadão e pai de cinco filhos, a minha vida já responde a essa pergunta”, disse Campos.

Pelo Twitter, após participar da missa no domingo, o pré-candidato reiterou sua posição sobre o tema. Além de contar aos internautas o que havia dito em entrevista, ele disponibilizou o áudio da conversa com os jornalistas. “Em Aparecida respondi a uma pergunta sobre a legalização do aborto. Respondi com clareza e transparência”, afirmou Campos.

## **Campanhas**

Durante a campanha para a presidência em 2010, os então candidatos Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) condenaram o aborto. O tucano enfatizou o tema durante sua campanha quando afirmou que tinha “valores cristãos”. Já Dilma usou o horário eleitoral para desmentir boatos de que seria a favor do aborto e disse ser vítima de uma campanha caluniosa.

A atual presidente chegou a assinar, na época, uma mensagem em que afirmava, que se eleita presidente, estava comprometida a “não tomar a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no país”. Ela se disse pessoalmente contra o aborto e defendeu a manutenção da legislação atual sobre o assunto.

***Acesse no site de origem: [Após declaração contra aborto, Campos é alvo de campanha em redes sociais \(UOL, 21/04/2014\)](#)***

---

# Eduardo Campos defende legislação e se diz contra o aborto

**(Folha de S.Paulo, 20/04/2014)** O ex-governador de Pernambuco e pré-candidato à Presidência da República Eduardo Campos (PSB) defendeu neste domingo (20) a legislação brasileira sobre o aborto, a qual chamou de “adequada”, e disse que, “como cidadão e cristão”, é contra qualquer prática que interrompa a gravidez.

“Acho que a legislação brasileira é adequada e, como cidadão, a minha posição é a de todos. Não conheço ninguém que seja a favor do aborto”, afirmou Campos após participar da missa de Páscoa no Santuário Nacional de Aparecida, interior de São Paulo.

Ao lado do cardeal Dom Raymundo Damasceno, presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), o ex-governador disse que a lei brasileira “já prevê as circunstâncias e os casos [em que é permitido interromper a gravidez sem que seja considerado crime]” e que não vê razão para que esses termos sejam alterados.

O socialista não quis falar de política e disse que o programa de governo de sua campanha terá “posição clara” sobre o aborto.

Questionado sobre sua posição pessoal a respeito do tema, o pernambucano declarou que “como cristão, cidadão e pai de cinco filhos, minha vida já responde à pergunta”.

Durante a missa, Campos ficou no altar acompanhado da mulher, Renata, e do filho Miguel, de pouco mais de dois meses. Os outros quatro filhos estavam na primeira fileira da plateia do santuário, que abrigou cerca de 25 mil pessoas.



## **PADILHA**

Cinco pessoas separavam Campos e o pré-candidato do PT ao governo de São Paulo, Alexandre Padilha, no altar ministrado por Dom Raymundo.

Os dois foram anunciados pelo cardeal, que os chamou de “peregrinos”, enquanto acompanhavam a celebração. Ambos comungaram.

Ao final da missa, Campos e a família foram convidados por Dom Raymundo para um café da manhã na casa do cardeal.

Padilha seguiu para São José dos Campos, onde participa do Camping Digital do PT, evento que reúne cerca de dois mil militantes petistas que serão treinados para atuar na internet e nas redes sociais durante a campanha deste ano.

***Acesse o PDF: [Em Aparecida, Campos defende legislação e se diz contra o aborto \(Folha de S.Paulo, 20/04/2014\)](#)***

***[Acesse no site de origem](#)***